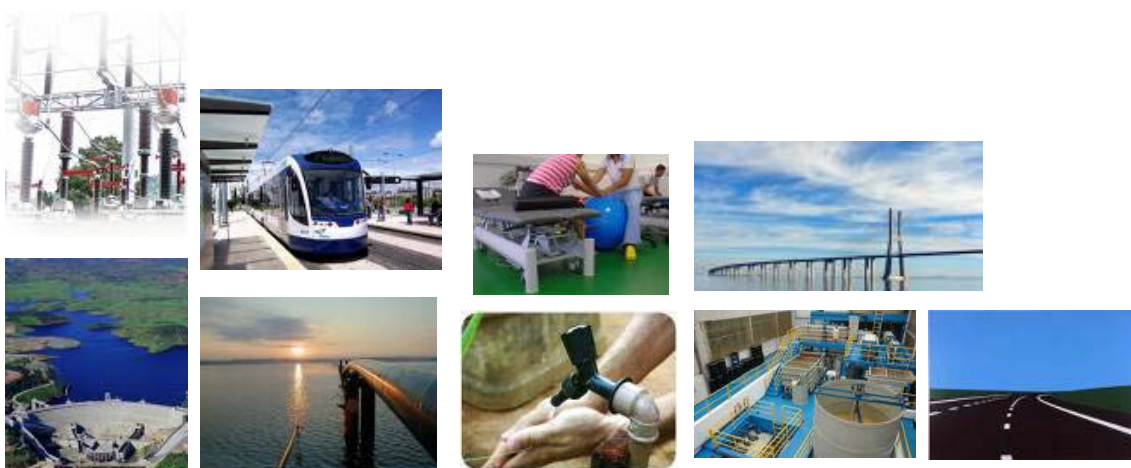


GASEPC – GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO, PARCERIAS E CONCESSÕES

Boletim Informativo sobre Parcerias Público-Privadas

2.º Trimestre 2009



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
2. O UNIVERSO DAS PPP	4
3. EVENTOS RELEVANTES	5
3.1. Concessões Ferroviárias	5
3.2. Concessões Rodoviárias	5
3.2.1 Concessão EP – Estradas de Portugal	5
3.2.2 Processos de Renegociação	6
3.2.3 Outros factos relevantes no sector rodoviário	7
3.3. Concessões da Saúde	7
3.4. Concessão Aeroportuária	7
3.5. Concessão Ambiente	7
4. FLUXOS FINANCEIROS	8
4.1. Encargos Globais	8
4.2. Encargos com Concessões Rodoviárias	9
4.3. Encargos com Concessões Ferroviárias	11
4.4. Encargos com Concessões do Sector Saúde	11
4.5. Encargos com outras Concessões	12
5. NOTAS FINAIS	14
6. ANEXO – UNIVERSO DAS PPP	15

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Prosseguindo a prática de divulgação regular de informação sobre projectos desenvolvidos e a desenvolver pelo Estado na modalidade de parcerias público-privadas (PPP), a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças publica este boletim informativo do 2º trimestre de 2009, cuja informação se reporta a 30 de Junho de 2009, o qual fica disponível para consulta no seu portal na internet.

Para a recolha dos elementos de informação nos quais baseamos as análises produzidas contamos com a colaboração, sempre necessária, das entidades públicas gestoras dos respectivos projectos.

Entretanto, tem vindo a ser desenvolvido o novo Sistema de Recolha de Dados das PPP (SIRIEF PPP), cujo caderno de encargos foi aprovado em 29 de Maio de 2009 e encontra-se actualmente em fase de testes. Esta nova base de dados informática para recolha e tratamento de informação relevante sobre o universo das PPP é fruto da cooperação entre a DGTF, a IGF e a PARPÚBLICA.

Não obstante o universo identificado de parcerias e concessões directas do Estado contemplar 81 contratos, ao longo do presente relatório faremos referência apenas àqueles que justificaram a menção de factos relevantes com eles relacionados ou a indicação de pagamentos e recebimentos realizados pelo Estado.

DGTF, Agosto 2009

2. O UNIVERSO DAS PPP

Gráfico 2.1. Repartição do Investimento das PPP por sector

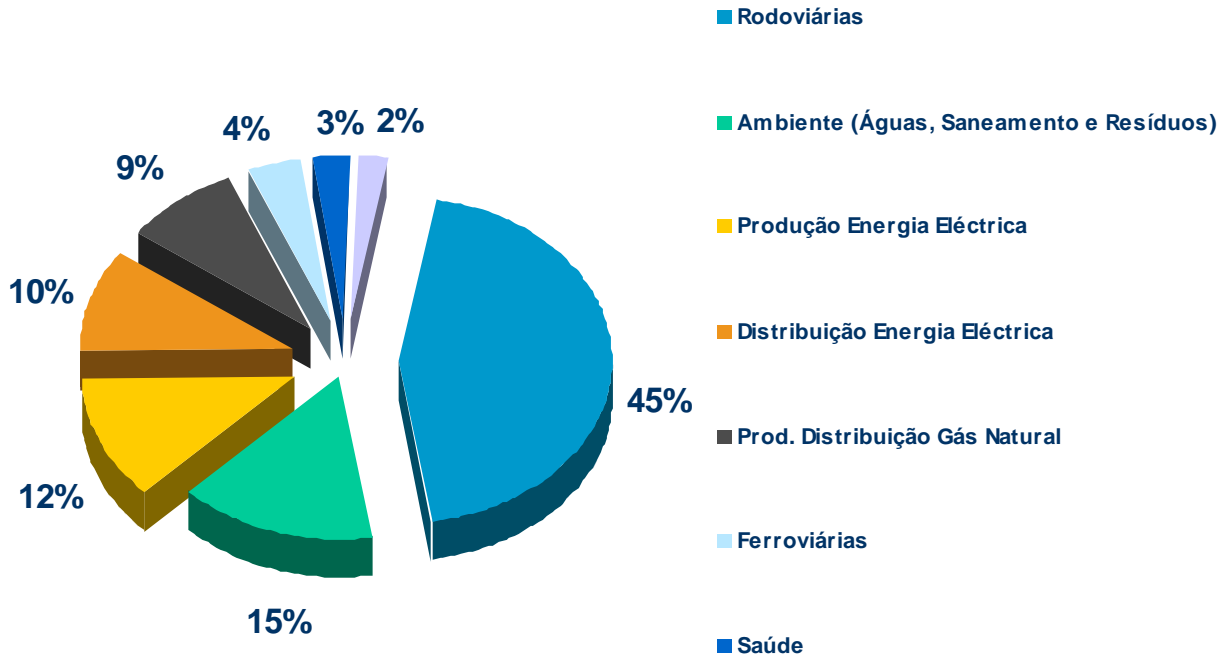
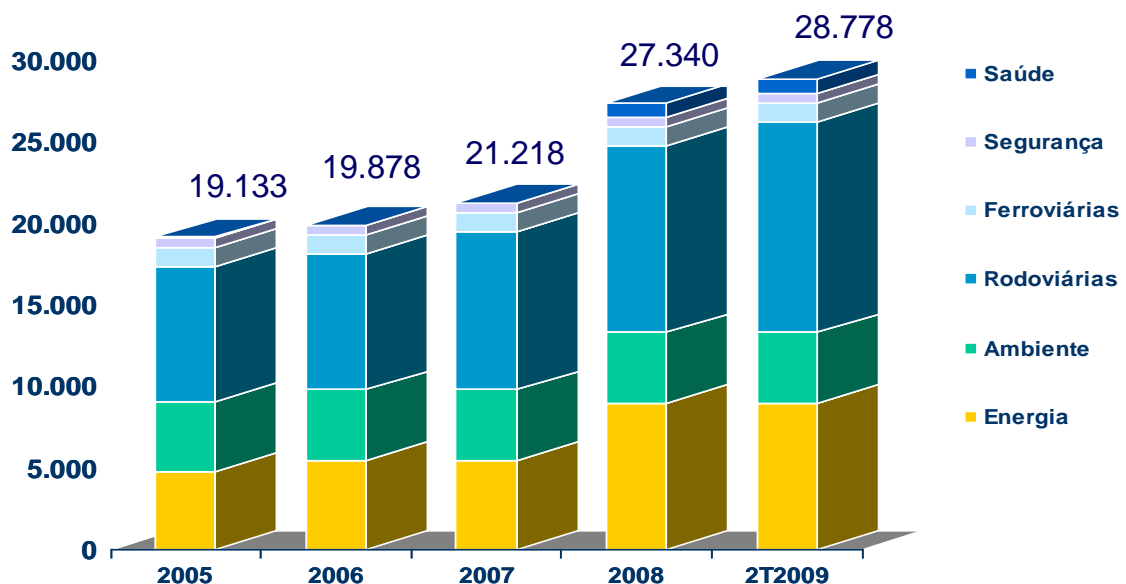


Gráfico 2.2. Evolução do Investimento das PPP por sector



Observações:

- Os valores apresentados referem-se ao investimento nas infra-estruturas e foram fornecidos pelas entidades públicas sectoriais. Inclui todos os projectos contratados até final do 2º trimestre de 2009.
- O acréscimo de investimento no segundo trimestre de 2009, corresponde a 592 Milhões de Euros.
- O investimento acumulado apresentado não inclui dados da concessão BRISA.
- O Sector Energia inclui as actividades relacionadas com o gás natural, electricidade e hidroeléctricas.

3. EVENTOS RELEVANTES

3.1. Concessões Ferroviárias

Quadro 3.1.1 Projecto TGV

Data	Evento
01-06-09	PPP1 (Troço Lisboa ao Poceirão do Eixo Lisboa – Madrid) – Apresentadas as propostas finais (BAFO) pelos concorrentes seleccionados (Agrupamento «Elos – Ligações de Alta Velocidade» liderado pelos Grupos Brisa e Soares da Costa e o Agrupamento «Altavia Alentejo – Infra-estruturas de Alta Velocidade» liderado pelo Grupo Mota-Engil).
19-06-09	PPP2 (Troço Poceirão a Caia do Eixo Lisboa – Madrid) – Prorrogado o prazo para a entrega de propostas do Concurso «Concessão RAV Lisboa-Poceirão». A nova data limite de entrega das propostas é 31-08-09.

Fonte: www.rave.pt

3.2. Concessões Rodoviárias

3.2.1 Concessão EP – Estradas de Portugal

Quadro 3.2.1.1. Concessões Adjudicadas

Data	Evento
26-04-09	Algarve Litoral: assinado o Contrato com a concessionária Rotas do Algarve Litoral, SA. O investimento estimado é de 592 Milhões de Euros.

Quadro 3.2.1.2. Novo modelo de gestão do sector

Data	Evento
18-05-09	Decreto-Lei nº110/2009 relativo às alterações das bases de concessão da empresa Estradas de Portugal, SA, tendo como um dos pontos relevantes, a ampliação do objecto da concessão, o qual passa a incluir, também, a noção de disponibilidade.

3.2.2 Processos de Renegociação

Quadro 3.2.2.1. Acordo EUROSCUT NORTE

Data	Evento
22-06-2009	Entregue o relatório da respectiva Comissão de Negociação, contendo as condições gerais do acordo a celebrar entre o Estado e a concessionária, no âmbito do novo modelo de gestão e financiamento para o sector das infra-estruturas rodoviárias, o qual prevê que a concessionária passe a ser remunerada pela disponibilidade das infra-estruturas em vez do critério baseado no tráfego.

Quadro 3.2.2.2. Acordo GRUPO AENOR

Data	Evento
22-06-2009	<p>Entregue o relatório da respectiva Comissão de Negociação, tendo sido celebrado o acordo em Julho de 2009. O acordo citado prevê, sucintamente:</p> <ul style="list-style-type: none">– a resolução de todos os pedidos de reposição do equilíbrio financeiro das Concessionárias pendentes, por um montante de 155 M€, o qual se encontra suportado em relatórios da EP, sendo substancialmente inferior ao valor reclamado pelas Concessionárias (270 M€). Mediante este acordo, as partes declaram que em sede de reposição do equilíbrio financeiro dos Contratos de Concessão nada mais lhes é mutuamente devido.– a remuneração das concessionárias do Grupo com base na disponibilidade das infra-estruturas em vez do critério assente no tráfego.

Quadro 3.2.2.3. Concessão LUSOPONTE

Data	Evento
15-05-2009	Despacho Conjunto dos Srs. Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações nº 12768/2009, que nomeia uma comissão de negociação com o objectivo de proceder à análise do actual contrato de concessão da Lusoponte, tendo em vista eventuais decisões respeitantes aos novos atravessamentos rodoviários do Rio Tejo.

3.2.3 Outros factos relevantes no sector rodoviário

Pelo Decreto-Lei nº111/2009 de 18 de Maio foi constituída a SIEV – Sistemas de Identificação electrónica de Veículos, SA, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que é a nova concessão para a gestão e identificação electrónica dos veículos. No mesmo diploma foram aprovados os estatutos, bem como as bases do contrato de concessão.

3.3. Concessões da Saúde

Quadro 3.3.1. Concessões em concurso

Data	PPP	Evento
08-06-2009	Hospital de Vila Nova de Gaia/ /Espinho	Nomeada a Comissão de Acompanhamento deste concurso, que se encontra a preparar os documentos concursais, o Estudo Estratégico e o comparador público (Despacho nº14538/2009 dos MFAP e da Saúde).
17-06-2009	Hospital Central do Algarve	Enviado à tutela o relatório final da fase de qualificação do concurso.
30-06-2009	Hospital de Loures	Aprovado pela Comissão de Acompanhamento o relatório da negociação, tendo sido proposta a selecção do Agrupamento Consis Loures (Grupo Espírito Santo Saúde) para adjudicação do contrato.

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

3.4. Concessão Aeroportuária

Data	Evento
01-06-09	Despacho Conjunto dos Srs. Ministros de Estado e das Finanças da Defesa Nacional, da Administração Interna e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no qual se estabelece a inclusão das infra-estruturas que constituem o Terminal Civil de Beja, na concessão a outorgar à ANA, SA que procederá à sua gestão e exploração comercial.

3.5. Concessão Ambiente

Data	Evento
09-04-09	Publicado Decreto-Lei nº 90/2009, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos.
22-05-2009	Despacho n.º 12949/2009, que autoriza a Simarsul a proceder à construção dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema do Seixal, do Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal.

4. FLUXOS FINANCEIROS

4.1. Encargos Globais

Quadro 4.1.1. Comparação com período homólogo

Parcerias	2T 2008		2T 2009		% Δ 2 T 09/08	
	Global	s/REF ¹	Global	s/REF ¹	Global	s/REF ¹
Rodoviárias	227,0	213,8	210,8	210,8	-7,2%	-1,4%
Ferrovias	5,6	5,6	5,7	5,7	0,9%	0,9%
Saúde	3,0	3,0	15,5	15,5	419,2%	419,2%
Segurança	3,9	3,9	9,1	9,1	132,8%	132,8%
TOTAL PPP	239,5	226,3	241,0	241,0	0,6%	6,5%

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

Uni: 10⁶ €

¹ REF : Reequilíbrio Financeiro

Quadro 4.1.2. Grau de Execução - 2º Trimestre de 2009

Parcerias	PREVISTO 2009		2T 2009 ACUMULADO		% GRAU DE EXECUÇÃO	
	Global	s/REF ¹	Global	s/REF ¹	Global	s/REF ¹
Rodoviárias	689,7	647,8	455,3	437,2	66,0%	67,5%
Ferrovias	7,5	0,0	2,3	0,0	30,2%	-
Saúde	61,2	61,2	30,8	30,8	50,3%	50,3%
Segurança	41,0	41,0	20,3	20,3	49,5%	49,5%
TOTAL PPP	799,5	750,0	508,7	488,3	63,6%	65,1%

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

Uni: 10⁶ €

¹ REF : Reequilíbrio Financeiro

Relativamente às concessões rodoviárias, os fluxos financeiros contratualmente estabelecidos são processados três vezes por ano, no início de cada quadrimestre, pelo que, o grau de execução até final do 1º semestre já reflecte 2/3 dos pagamentos anuais previstos. Nos restantes sectores, a realização processa-se proporcionalmente ao período do ano decorrido.

4.2. Encargos com Concessões Rodoviárias

Quadro 4.2.1. Comparação com período homólogo

Concessões	2T 2008			2T 2009			% Δ 2T 09/08 s/REF
	Realizados	REF	Total	Realizados	REF	Total	
Scut do Algarve (IC4/IP1)	13,9	0,0	13,9	14,2	0,0	14,2	2%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	44,3	0,0	44,3	45,3	0,0	45,3	2%
Scut Interior Norte (IP3)	36,9	0,0	36,9	35,6	0,0	35,6	-3%
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	23,4	0,0	23,4	23,7	0,0	23,7	1%
Scut Grande Porto (IP4/IV24)	23,4	0,0	23,4	25,0	0,0	25,0	7%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	14,0	13,2	27,2	14,2	0,0	14,2	2%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	57,8	0,0	57,8	52,7	0,0	52,7	-9%
Grande Lisboa	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	n.a.
Total	213,8	13,3	227,0	210,8	0,0	210,8	-1,4%

Fonte: Estradas de Portugal SA

Uni: 10⁶ €

Os maiores desvios face ao período homólogo verificam-se na Scut Grande Porto e Scut Beiras Litoral e Alta com +7%, e -9%, respectivamente. Na Scut Grande Porto o aumento de tráfego registado, de 9% (2007/08), determinou um aumento dos pagamentos do Estado em 2009. Em relação à Scut Beiras Litoral e Alta, registou-se uma ligeira quebra de tráfego (-0.3), todavia, os encargos para o Estado, no mesmo período, tiveram uma redução muito superior, devido, essencialmente, ao decréscimo da tarifa definida para 2009 (-7,8% em 2009 face a 2008, para a Banda 1).

Quadro 4.2.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2009		REAL 2T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
Scut do Algarve (IC4/IP1)	43,3	43,3	29,1	29,1	67,2%	67,2%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	138,6	138,6	93,3	93,3	67,3%	67,3%
Scut Interior Norte (IP3)	109,1	109,1	73,6	73,6	67,5%	67,5%
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	72,1	72,1	48,4	48,4	67,2%	67,2%
Scut Grande Porto (IP4/IV24)	79,8	79,8	54,8	54,8	68,6%	68,6%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	42,6	42,6	28,4	28,4	66,6%	66,6%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	162,3	162,3	109,6	109,6	67,5%	67,5%
Lusoponte	21,5	0,0	18,1	0,0	84,2%	n.a.
Grande Lisboa	4,4	0,0	0,0	0,0	0,0%	n.a.
Autoestrada do Oeste (AEA)	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	n.a.
Total	689,7	647,8	455,3	437,2	66,0%	67,5%

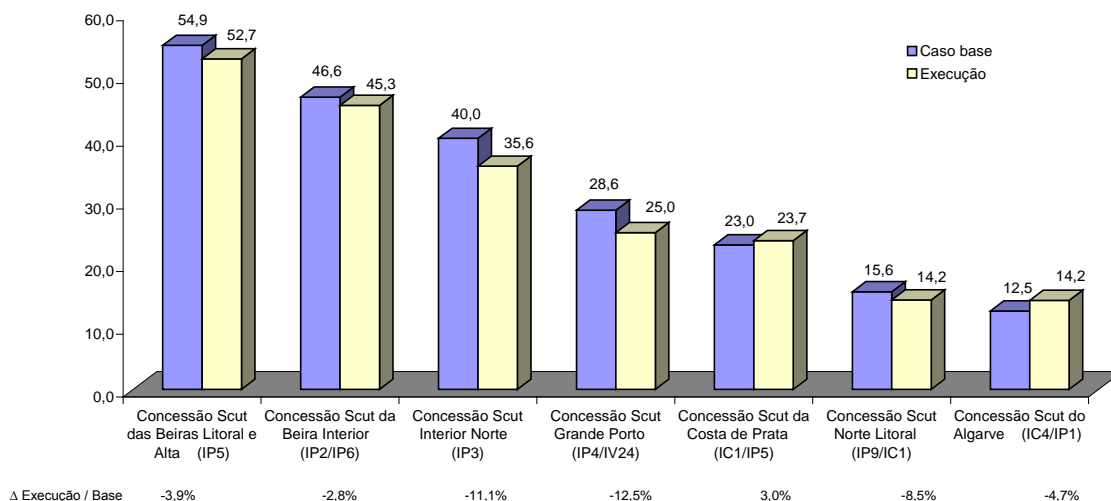
Fonte: Estradas de Portugal SA

Uni: 10⁶ €

Como atrás se referiu, o grau de execução dos encargos com as concessões rodoviárias, no final do 2º Trimestre (67,5%) corresponde a 2/3 dos pagamentos previstos para o ano, ou seja, aos dois primeiros quadrimestres.

Para além dos fluxos referidos no quadro 4.2.2, está prevista uma receita extraordinária para o concedente em 2009, com a adjudicação da subconcessão Auto-Estrada do Centro, que reduzirá o valor total dos encargos líquidos expostos no quadro.

Gráfico 4.2.1 SCUT 2T 2009 - Execução Vs Caso Base



Os pagamentos efectuados no 2º Trimestre de 2009 fixaram-se, globalmente, 4,7% abaixo das previsões constantes do caso-base. Os maiores desvios verificaram-se nas Scuts do Algarve, Interior Norte e Grande Porto, com +13,6%, -11,1% e -12,5%, respectivamente.

Apesar da Scut Grande Porto ter registado um elevado crescimento dos encargos pagos (face ao período homólogo +7% - Quadro 4.2.1), devido, essencialmente, ao crescimento do tráfego, quando comparado com o respectivo caso base, está 12,5% abaixo do previsto. Esta aparente contradição deve-se ao facto de ter existido um atraso na conclusão da obra e o período de cruzeiro estar desfasado do inicialmente previsto.

As Scuts do Algarve e da Costa de Prata são as únicas que registaram desvios positivos face ao estipulado no caso base, devido ao aumento real do tráfego das respectivas vias.

4.3. Encargos com Concessões Ferroviárias

Quadro 4.3.1. Comparação com período homólogo

Concessões	2T 2008			2T 2009			% Δ 2 T 09/08
	Realizado	REF	Total	Realizado	REF	Total	
Eixo Ferroviário Norte Sul	5,60	0,00	5,60	5,65	0,00	5,65	0,9%
MST-Metro Sul do Tejo	5,24	0,00	5,24	0,00	11,29	11,29	115,5%
Total	10,84	0,00	10,84	5,65	11,29	16,94	56,3%

Fonte: IMTT e Gabinete do MTS

Uni: 10⁶ €

No âmbito da concessão do eixo ferroviário norte-sul o concedente pagou, no 2º trimestre de 2009, o montante de 5,65 Milhões de Euros, mais 0,9% face ao trimestre anterior.

No trimestre em análise registou-se o pagamento adicional do Estado à sociedade Metro Sul do Tejo, no montante de 11,29 milhões de euros, resultante do acordo de reposição de equilíbrio financeiro celebrado em Novembro de 2008, no montante total de 77,5 Milhões de Euros (do qual foram pagos no trimestre anterior 65,94 Milhões de Euros).

Quadro 4.3.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2009		2T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
Eixo Ferroviário Norte Sul	10,5	10,5	2,7	2,7	26,2%	26,2%
MST-Metro Sul do Tejo	77,5	0,0	77,2	0,0	99,7%	n.a
Total	88,0	10,5	80,0	2,7	90,9%	26,2%

Fonte: IMTT e Gabinete do MTS

Uni: 10⁶ €

4.4. Encargos com Concessões do Sector Saúde

Quadro 4.4.1. Comparação com período homólogo

Concessões	2T 2008			2T 2009			% Δ 2 T 09/08
	Realizados	REF	Total	Realizados	REF	Total	
Centro Medicina Fisica e Reabilit. Sul	1,2	0,0	1,2	1,3	0,0	1,3	13,7%
Centro Atendimento do SNS	1,8	0,0	1,8	3,2	0,0	3,2	77,1%
Hospital de Cascais	n.a	n.a	n.a	11,0	0,0	11,0	n.a.
Total	3,0	0,0	3,0	15,5	0,0	15,5	419,2%

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Uni: 10⁶ €

O montante global de encargos suportados pelo concedente, no sector da saúde, fixou-se nos 15,5 milhões de euros, valor substancialmente superior ao registado no período homólogo, pelo facto de ter passado a incluir encargos com a concessão da exploração do actual Hospital de Cascais, enquanto se procede à construção da nova estrutura, o que justificou o pagamento de 11 milhões de euros.

Relativamente à exploração dos dois centros de saúde, os encargos suportados têm expressão diminuta. No entanto, registou-se um aumento, face ao período homólogo, em função do aumento do número de utentes atendidos e da actualização dos preços, pelo índice de variação de preços observada, de acordo com o estabelecido nos respectivos contratos de gestão.

Quadro 4.4.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2009		2T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
Centro Medicina Fisica e Reabilit. Sul	5,3	5,3	2,6	2,6	49,9%	49,9%
Centro Atendimento do SNS	12,1	12,1	6,2	6,2	51,4%	51,4%
Hospital de Cascais	43,8	43,8	22,0	22,0	50,1%	50,1%
Total	61,2	61,2	30,8	30,8	50,3%	50,3%

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Uni: 10⁶ €

No final do segundo trimestre de 2009, o grau de realização dos encargos líquidos pagos está em conformidade com o previsto para o ano de 2009 (50,3%).

4.5. Encargos com outras Concessões

Quadro 4.5.1. Comparação com período homólogo

Concessão	2T 2008			2T 2009			% Δ 2T 09/08
	Realizado	REF	Total	Realizado	REF	Total	
SIRESP - Sist.Int. Rede Emerg. Seg.	3,9	0,0	3,9	9,1	0,0	9,1	132,8%
Total	3,9	0,0	3,9	9,1	0,0	9,1	132,8%

Fonte: MAI/DGIE

Uni: 10⁶ €

Esta concessão regista um crescimento expressivo dos pagamentos do concedente face ao período homólogo, que se justifica pela progressiva ampliação da rede de comunicações em exploração. De salientar que está prevista, no ano em curso, a conclusão da rede nacional de comunicações de emergência e segurança.

Quadro 4.5.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2009		2T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
SIRESP - Sist.Int. Rede Emerg. Seg.	41,0	41,0	20,3	20,3	49,5%	49,5%
Total	41,0	41,0	20,3	20,3	49,5%	49,5%

Fonte: MAI/DGIE

Uni: 10⁶ €

O montante de encargos verificado no final do 2º trimestre de 2009 está em linha com o plano em execução, correspondendo a cerca de metade do valor previsto para o ano em curso.

5. NOTAS FINAIS

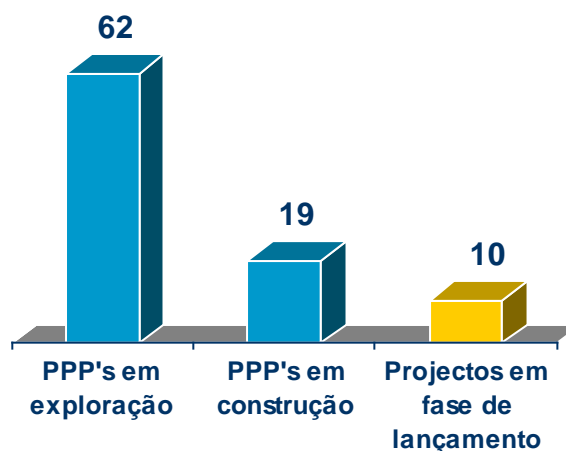
Entre os factos mais relevantes ocorridos já no 3º Trimestre de 2009 até à data de elaboração deste Boletim Informativo, destacam-se os seguintes:

- A **15 e 16 de Julho de 2009**, foram celebrados acordos entre o Estado Português e a EUROSCUT NORTE SA e o Grupo AENOR¹, respectivamente, no qual se estabeleceram alterações aos contratos de concessão em vigor.
- No âmbito das concessões no sector do ambiente, foram aprovados, em Conselho de Ministros realizado em **16 de Julho**, os seguintes diplomas:
 - Decreto-Lei que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, em substituição do sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do norte da área do Grande Porto, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Minho-Lima, e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Ave, e constitui a sociedade **Águas do Noroeste, S. A.**;
 - Decreto-Lei que constitui a sociedade «**SIMDOURO** - Saneamento do Grande Porto, S. A.» e atribui-lhe o exclusivo da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Maia, Paredes, Penafiel e Vila Nova de Gaia, criado pelo Decreto-Lei n.º 260/2000, de 17 de Outubro;
 - Decreto-Lei que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central, em substituição dos sistemas multimunicipais de resíduos sólidos urbanos do Baixo Tâmega, do Alto Tâmega e do vale do Douro Sul, e constitui a sociedade **RESINORTE** - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A..
- A **20 de Julho de 2009** foi assinado, pela Comissão de Acompanhamento do Projecto Hospital de Loures, o relatório final de avaliação da negociação, tendo sido seleccionado o Agrupamento Consis Loures (Grupo Espírito Santo Saúde) para adjudicação do contrato.
- A RCM nº 62/2009 de **23 de Julho** procede à prorrogação da actividade da equipa de missão do gabinete do Metro Sul do Tejo com vista ao acompanhamento da obra da 1.ª fase e promover a realização dos estudos relativos ao desenvolvimento das 2.ª e 3.ª fases, até ao limite máximo de 3 anos.

¹ LUSOS CUT – Auto-Estradas da Costa de Prata, SA; LUSOS CUT – Auto-Estradas do Grande Porto SA; LUSOS CUT – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA; AENOR, SA (Concessão Norte); LUSOLISBOA, SA

6. ANEXO – Universo das PPP

Número de contratos



62 Em exploração

13 Rodoviário
 2 Ferroviário
 2 Saúde
 18 Águas
 14 Resíduos
 13 Energia

19 Em construção

9 Rodoviário
 3 Saúde
 6 Energia
 1 Segurança

10 Em lançamento

Ou concurso

3 Rodoviário
 2 Ferroviário
 4 Saúde
 1 Aeroporto

Listagem das concessões (30.06.2009)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento M€	Obs
1 Concessão Lusoponte	Lusoponte,SA	1995	30	897,6	E
2 Concessão Norte	AENOR,SA	1999	30	1.310,1	E
3 Concessão Oeste	A-E Atlantico,SA	1999	30	570,1	E
4 Concessão Brisa	Brisa	2000	35		
5 Concessão Litoral Centro	Brisal, SA	2004	30	325,8	E
6 Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	ScutVias,SA	1999	30	924,6	E
7 Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	LusoScut Costa de Prata,SA	2000	30	531,6	E
8 Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	EuroScut,SA	2000	30	570,1	E
9 Concessão Scut Interior Norte (IP3)	NorScut,SA	2000	30	645,0	E
10 Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	LusoScut Beiras Litoral e Alta,SA	2001	30	1.135,6	E
11 Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	EuroScut Norte,SA	2001	30	656,2	E
12 Concessão Scut Grande Porto (IP4/IV24)	LusoScut,SA	2002	30	732,5	E
13 Sub-concessão Douro Litoral	AEDL,SA	2007	27	872,2	C
14 Sub-concessão Grande Lisboa	LusoLisboa,SA	2007	30	467,7	E
15 Sub-concessão AE Transmontana	A-E 21, SA	2008	30	508,0	C
16 Sub-concessão Douro Interior	Aenor Douro,SA	2008	30	826,0	C
17 Sub-concessão Tunel do Marão	A-E Marão,SA	2008	30	458,4	C
18 Sub-concessão Baixo Alentejo	VB,SA	2009	30	278,0	C
19 Sub-concessão Baixo Tejo	SPER,SA	2009	30	308,0	C
20 Sub-concessão Litoral Oeste	AELO, SA	2009	30	260,0	C
21 Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	591,7	C
22 Concessão de Gestão Sist.Identificação Electrónico	SIEV - Sist. De Id. Electrónica de Veiculos, SA	2009	25	0,1	C
Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento M€	
23 Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2005	4	4,0	E
24 Gestão Centro Medicina Fisica Reabilitação Sul	HPP,SA	2006	7	3,0	E
25 Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, SA	2008	30	135,0	C
26 Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	30	402,6	C
27 Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	286,2	C
Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento M€	
28 Metro Sul Tejo	MTS,SA	2001	30	268,7	E
29 Transp. Ferroviário eixo-norte/sul	Fertagus,SA	1999	11	900,0	E*
Sector Segurança Interna	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento M€	
30 SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2002	20	609,0	

(continua)

Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento M€	
31 Águas do Cávado	Águas do Cávado, SA	1995	30	103,2	A
32 Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	69,3	A
33 Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	272,7	A
34 Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	51,8	A
35 Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	130,3	AS
36 Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	418,4	AS
37 Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	1995	30	457,6	AS
38 Águas do Ave	Águas do Ave, SA	2003	33	239,2	AS
39 Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	37,8	AS
40 Águas do Minho e Lima	Águas do Minho e Lima, SA	2000	30	173,7	AS
41 Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	243,8	AS
42 Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2000	30	95,0	AS
43 Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	155,8	ASR
44 Algar	Algar, SA	1996	25	45,7	R
45 Amarsul	Amarsul, SA	1997	25	51,2	R
46 Ersuc	Ersuc, SA	1997	25	68,6	R
47 Rebat	Rebat, SA	2001	25	31,4	R
48 Resat	Resat, SA	2000	25	18,9	R
49 Residouro	Residouro, SA	2001	25	24,1	R
50 Resiestrela	Resiestrela, SA	2008	30	ND	R
51 Resioeste	Resioeste, SA	1998	25	33,1	R
52 Resultima	Resultima, SA	1996	25	24,0	R
53 Suldouro	Suldouro, SA	1996	25	39,4	R
54 Valnor	Valnor, SA	2001	29	24,8	R
55 Valorlis	Valorlis, SA	1996	25	23,6	R
56 Valorminho	Valorminho, SA	1996	25	10,1	R
57 Valorsul	Valorsul, SA	1995	25	286,4	R
58 Sanest	Sanest, SA	1995	25	201,6	S
59 Simarsul	Simarsul, SA	2004	30	227,0	S
60 Simlis	Simlis, SA	2000	30	69,0	S
61 Simria	Simria, SA	2000	30	157,4	S
62 Simtejo	Simtejo, SA	2001	30	520,2	S
Sector Hídrico	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento M€	
63 Barragem de Pedrogão	EDIA	2005		ND	
64 Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	340,0	C
65 Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1.700,0	C
66 Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	510,0	C
67 Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	257,0	C
68 Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	360,0	C
69 Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	339,0	E
Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	Concessionário	Ano	Prazo	Activo Líquido (2007) M€	
70 Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	27,4	E
71 Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	570,2	E
72 Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	280,8	E
73 Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	156,1	E
74 Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	288,7	E
75 Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	223,6	E
76 Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	114,2	E
77 Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	60,5	E
78 Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	62,8	E
79 Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	740,7	E
Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	Concessionário	Ano	Prazo	Activo Líquido (2007) M€	
80 Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1.228,4	E
81 Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1.735,3	E
				(*) Investimento na infra-estrutura efectuado pela REFER	28.777,5
Obs: E - Exploração C - Construção		A - Abastecimento S - Saneamento		R - Resíduos	